

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016**

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("Companhia" ou "CAL") encaminha a presente proposta da administração ("Proposta") relacionada à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 22 de março de 2016 ("Assembleia"), em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("IN CVM 481").

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da mencionada Assembleia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Apreciar as contas da diretoria e o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2016, a Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, que serão publicadas em 20 de fevereiro de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário Comercial, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"). Os comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, seguem anexos à presente Proposta como Anexo I.

(ii) Deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital:

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da LSA e do artigo 25, §1º, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("IN CVM 480"), nos termos do Anexo II à presente Proposta.

(iii) Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015:

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, nos termos do Anexo III à presente Proposta.

(iv) Deliberar sobre o número de assentos no Conselho de Administração para o próximo mandato e a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia:

A Administração da Companhia propõe deliberar sobre: (i) o número de assentos no Conselho de Administração da Companhia e (ii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Anexo IV à presente Proposta.

(v) Deliberar sobre a remuneração dos administradores da Companhia:

A Administração da Companhia propõe uma remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2016 de, aproximadamente, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), nos termos dos Anexos V e VI à presente Proposta.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais):

(a) Origem e justificativa da deliberação proposta:

A deliberação proposta tem como objetivo aumentar o capital social da Companhia mediante a capitalização de parte do valor retido na conta de Reserva de Retenção de Lucros da Companhia, para garantir uma estrutura de capital mais adequada para a Companhia principalmente devido às condições macroeconômicas vigentes. Tal alteração justifica-se para que a soma das reservas não ultrapasse o valor do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 199 da LSA. Nos termos do artigo 14 da IN CVM 481, as informações sobre o aumento de capital proposto encontram-se no Anexo VII à presente Proposta.

(b) Análise dos efeitos jurídicos e econômicos: Tal aumento de capital trata-se de operação contábil no qual parte do montante da conta de Reserva de Retenção de Lucros da Companhia é remanejado para a conta do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 199 da LSA e,

portanto, não há efeitos jurídicos e econômicos por tratar-se de transferência dentro do próprio patrimônio líquido da Companhia.

(ii) Deliberar sobre a alteração do prazo de vigência do mandato dos membros do Conselho de Administração de 1 (um) ano para 3 (três) anos;

A Administração da Companhia propõe a alteração do Artigo 7º do Estatuto Social a fim de que o mandato dos membros do Conselho de Administração tenha vigência de 3 (três) anos ao invés do prazo atual de 1 (um) ano. Essa alteração implicará também a alteração do prazo de vigência do mandato dos membros da Diretoria, pois nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social, os Diretores serão eleitos com a composição mencionada no Parágrafo Segundo do Artigo 6º do Estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico.

(iii) Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso reste aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia, conforme descrita no item 2(i) acima, bem como a proposta de alteração do prazo de vigência do mandato do Conselho de Administração, nos termos acima, com a consequente alteração do Artigo 5º e Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia:

A Administração da Companhia propõe a alteração do Artigo 5º e Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, caso reste aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, nos termos do Anexo VII à presente Proposta e a proposta de alteração do prazo de vigência do mandato dos membros do Conselho de Administração. Nos termos do artigo 11 da IN CVM 481, o relatório em forma de tabela detalhando as alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia encontra-se no Anexo VIII e a minuta do Estatuto Social consolidado da Companhia encontra-se no Anexo IX à presente Proposta.

Encontram-se detalhados nesta Proposta todos os anexos nos termos legais e regulatórios.

A Administração

ÍNDICE

ANEXO	PÁGINA
Anexo I – Comentários dos diretores da Companhia	5
Anexo II – Proposta de Orçamento de Capital para 2016 (consolidado)	37
Anexo III – Destinação do lucro líquido do exercício	38
Anexo IV – Indicação de administradores para ocupar cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia	46
Anexo V – Proposta de remuneração dos administradores, conforme previsto na IN CVM 481, artigo 12, inciso I	54
Anexo VI – Proposta de remuneração dos administradores, conforme previsto na IN CVM 481, artigo 12, inciso II	53
ANEXO VII – Proposta de aumento de capital da Companhia, conforme previsto na Instrução Normativa CVM 481, artigo 14	66
ANEXO VIII – Tabela detalhando as alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia, conforme previsto na Instrução Normativa CVM 481, artigo 11	69
ANEXO IX – Proposta de alteração do artigo 5º e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme previsto na Instrução Normativa CVM 481, artigo 11, inciso I	70

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO I

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016**

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – IN CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Ao final do exercício social de 2015, a Companhia possuía R\$18,1 milhões em caixa e equivalentes, um aumento de 36,9% quando comparado aos R\$13,2 milhões de 2014 que, por sua vez, representaram um aumento de 182,5% quando comparado aos R\$4,7 milhões de 2013. Desta forma, a Diretoria considera o montante em caixa suficiente para atender o financiamento de suas atividades e recobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 apresentou resultados operacionais e financeiros recordes resultantes da consolidação do processo de reestruturação estratégica da Companhia, iniciado em 2008.

Ao final do exercício social de 2015, a receita líquida da Companhia alcançou o montante de R\$45,5 milhões, um crescimento de 1,1% quando comparado aos R\$45,0 milhões do exercício social de 2014 que, por sua vez, foi 4,7% maior que a receita líquida do exercício de 2013, no montante de R\$43 milhões. O aumento da receita líquida da Companhia desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 decorreu, principalmente: (i) do processo de reestruturação financeira da Companhia, com o aumento de capital de R\$30,0 milhões realizado em agosto de 2011; (ii) da reorganização interna da Companhia, por meio do qual foram criados 4 novos departamentos (“Proteq, Tecnologia e Qualidade”, “Assistência Técnica”, “Planejamento Técnico e Orçamento” e “Segurança e Medicina do Trabalho”); (iii) do crescimento do nível de atividade que resulta, em 31 de dezembro de 2015, em uma carteira de obras composta de 8 empreendimentos compreendendo

13 torres, das quais, 6 obras são residenciais, 1 obra comercial e 1 obra multi-uso, totalizando 312,1mil m²; e (iv) da participação em incorporações.

A Diretoria da Companhia acredita que, mesmo com todas as dificuldades do mercado imobiliário, conseguimos encerrar o exercício social de 2015 com um excelente resultado refletido pelo lucro bruto de R\$22,2 milhões, um aumento de 3,8% quando comparado aos R\$21,4 milhões do mesmo período em 2014, com uma margem bruta de 48,7%, e com o lucro de R\$18,8 milhões do mesmo período em 2013, representando um aumento de 6,1%, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. É importante destacar que, em 31 de dezembro de 2013 e 2014, dado o rígido controle de custos da Companhia, o incremento no lucro bruto em ambos os períodos se justificou pelo volume de obras executadas e sendo entregues em linha com o orçamento, permitindo que orçamentos de suas obras caminhem dentro ou abaixo do esperado. Isso pôde ser observado uma vez que a margem bruta foi mantida mesmo com o grande incremento no volume da operação.

Enquanto que a Diretoria da Companhia considera importante destacar a reversão do patrimônio líquido da Companhia, que passou de R\$5,8 milhões negativos em 31 de dezembro de 2012, para um patrimônio líquido positivo de R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, a Diretoria também entende ser relevante apontar o aumento do seu patrimônio líquido em 70,6% durante o ano de 2015 totalizando R\$26,9 milhões. Durante o exercício de 2014 destacamos um acréscimo de 56,9% em comparação com o mesmo período de 2013 totalizando o valor de R\$15,7 milhões.

O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 apresenta o foco na consistência operacional, com crescimento das margens e rentabilidade para a operação. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e encontra-se numa situação de Caixa Líquido bastante confortável para a operação futura da Companhia, principalmente diante de um cenário mais desafiador.

O ano de 2014 foi marcado pela manutenção do alto volume operacional e pela liquidação total da dívida da Companhia. O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi marcado pela compensação de prejuízos acumulados, reversão do Patrimônio Líquido negativo e ao retorno da provisão de pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R\$2,9 milhões realizado em maio de 2014.

Durante 2015 foram entregues 5 empreendimentos compostos por 9 torres, 928 unidades e 180,5 mil m² construídos. No mesmo período, iniciamos a construção da obra residencial Lindenberg Jundiaí de alto padrão, localizada no interior de São Paulo, formado por 1 torre, 44 unidades e 20,2 mil m².

Apesar de todas as dificuldades do setor de atuação da Companhia (mercado imobiliário), a Diretoria da Companhia entende que, em 31 de dezembro de 2015 obtivemos um resultado operacional

excelente com um volume de obras de 312,1 mil m² distribuídas em 8 obras e compostas por 13 torres, sendo 6 obras residenciais, 1 obra comercial e 1 obra multi-uso totalizando atualmente 2.558 unidades em construção, todas localizadas no Estado de São Paulo, uma redução de 24,2% quando comparado com os 412 mil m² do exercício de 2014, uma redução de 19,7%, em relação aos 513,0 mil m² de obras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	31/12/2013	%	31/12/2014	%	31/12/2015	%
Capital de Terceiros ¹	R\$0,7	6,5%	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%
Capital Próprio ²	R\$10,0	93,5%	R\$15,7	100%	R\$26,9	100%
Total	R\$10,7	100%	R\$15,7	100%	R\$26,9	100%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos da Companhia circulantes e não circulantes.

(2) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$15,6 milhões, com uma margem EBITDA de 34,3%, um aumento de 64,5% em relação aos R\$9,5 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$9,5 milhões, com uma margem EBITDA de 21,1%, uma redução de 32,0% em relação aos R\$14,0 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

R\$ milhões	2013	2014	2015
Empréstimos e financiamentos	R\$0,7	R\$0,0	R\$0,0
Contas a pagar a fornecedores	R\$0,2	R\$0,2	R\$0,3
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$6,7	R\$8,6	R\$7,8
Provisão para garantia de obras	R\$6,6	R\$8,6	R\$10,5
Dividendos a pagar	R\$2,9	R\$1,9	R\$1,9
Obrigações tributárias parceladas	R\$5,5	R\$4,3	R\$3,9

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos últimos 3 exercícios sociais (em milhares de reais):

<u>Tipo de operação</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Tipo</u>	<u>Venc. final</u>	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
				<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Banco Safra S.A.	Entre 10% e 12% a.a + IGP-M	Cessão de recebíveis	Ago/2017	-	-	-	-	-	725
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>725</u>
Circulante				-	-	-	-	-	-
Não circulante				-	-	-	-	-	725

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento da Companhia consistia em uma cessão de recebíveis no valor total de R\$725 mil, com vencimento final em agosto de 2017, que foi quitada durante o exercício de 2014.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Nossos empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas relativas à *covenants*.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados foram utilizados e quitados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M15	12M14	Var. %
Ativo	55.040	44.050	24,9%
Circulante	30.988	20.710	49,6%
Caixa e equivalentes de caixa	18.120	13.239	36,9%
Contas a receber de clientes	11.546	5.653	104,2%
Impostos a recuperar	1.298	1.801	-27,9%
Demais ativos circulantes	24	17	41,2%
Não Circulante	24.052	23.340	3,1%
Contas a receber de clientes	2.007	2.615	-23,3%
Impostos diferidos	6.657	7.437	-10,5%
Depósitos judiciais	617	234	163,7%
Imovéis a comercializar	813	841	-3,3%
Demais ativos não circulantes	4	141	-97,2%
Investimentos	13.860	11.986	15,6%
Imobilizado	26	25	4,0%
Intangível	68	61	11,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	55.040	44.050	24,9%
Circulante	14.461	12.892	12,2%
Fornecedores	266	165	61,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.770	8.573	-9,4%
Obrigações tributárias parceladas	703	642	9,5%
Dividendos a pagar	3.476	1.989	74,8%
Provisão para garantia de obras	2.243	1.523	47,3%
Demais passivos circulantes	3	-	0,0%
Não Circulante	13.710	15.411	-11,0%
Obrigações tributárias parceladas	3.249	3.663	-11,3%
Provisão para garantia de obras	8.236	7.134	15,4%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.937	4.288	-54,8%
Demais passivos não circulantes	288	326	-11,7%
Patrimônio Líquido	26.869	15.747	70,6%
Capital social	12.000	8.000	50,0%
Reserva de lucros	14.869	8.398	77,1%
Reserva especial	-	(651)	-100,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 24,9% em relação a 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$44,0 milhões. Tal aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$5,9 milhões na posição de contas a receber de clientes e do aumento de R\$ 4,8 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$28,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação negativa de 0,8% em relação a 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$24,3 milhões, sendo que tal aumento ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$2,3 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, em relação a 31 de dezembro de 2014, que era de R\$15,7 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2015.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M15	12M14	Var. %
Receita Operacional Bruta	50.832	50.451	0,8%
Receita de Prestação de Serviços	45.715	45.901	-0,4%
Receita de Assistência Técnica	5.061	4.550	11,2%
Receita de Venda de Imóveis	56	-	0,0%
Deduções da Receita Bruta	(5.325)	(5.426)	-1,9%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(5.325)	(5.426)	-1,9%
Receita Operacional Líquida	45.507	45.025	1,1%
Custos dos Serviços Prestados	(23.327)	(23.663)	-1,4%
Custos de Prestação de Serviços	(19.971)	(20.584)	-3,0%
Custos de Assistência Técnica	(3.300)	(3.079)	7,2%
Custos de Venda de Imóveis	(56)	-	0,0%
Lucro Bruto	22.180	21.362	3,8%
Margem Bruta (%)	48,7%	47,4%	1,3 pp
(Despesas) Receitas	(6.570)	(11.871)	-44,7%
Administrativas, comerciais e gerais	(11.003)	(13.393)	-17,8%
Equivalência patrimonial	2.043	1.386	47,4%
Outras receitas operacionais líquidas	2.390	136	1657,4%
EBITDA	15.610	9.491	64,5%
Margem EBITDA (%)	34,3%	21,1%	13,2 pp
Resultado Financeiro	1.509	264	471,6%
Despesas Financeiras	(462)	(629)	-26,6%
Receitas Financeiras	1.971	893	120,7%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	17.119	9.755	75,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.533)	(1.414)	79,1%
Correntes	(1.765)	(2.163)	-18,4%
Diferidos	(768)	749	-202,5%
Lucro Líquido do Período	14.586	8.341	74,9%
Margem Líquida (%)	32,1%	18,5%	13,5 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, atingiu R\$45,5 milhões, um crescimento de 1,1% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$45,0 milhões. Esta pequena variação positiva da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$23,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, contra R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de 1,4% em razão do volume de obras em execução e entregues, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$22,2 milhões, um crescimento de 3,8% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$21,3 milhões, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. Importante notar que a margem bruta da Companhia em 2015 foi de 48,7% e 1,3 p.p. acima quando comparada com a margem bruta de 2014 que foi de 47,4%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido totalizou R\$14,6 milhões, um aumento de 74,9% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$8,3 milhões. Tal aumento deve a manutenção do volume operacional da Companhia.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Balanços Patrimoniais Consolidado Período encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M14	12M13	Var. %
Ativo	44.050	34.572	27,4%
Circulante	20.710	14.510	42,7%
Caixa e equivalentes de caixa	13.239	4.686	182,5%
Contas a receber de clientes	5.653	8.001	-29,3%
Impostos a recuperar	1.801	1.811	-0,6%
Demais ativos circulantes	17	12	41,7%
Não Circulante	23.340	20.062	16,3%
Contas a receber de clientes	2.615	2.576	1,5%
Impostos Diferidos	7.437	6.691	11,1%
Depósitos judiciais	234	458	-48,9%
Imovéis a comercializar	841	841	0,0%
Demais ativos não circulantes	141	427	-67,0%
Investimentos	11.986	8.990	33,3%
Imobilizado	25	5	400,0%
Intangível	61	74	-17,6%
Passivo e Patrimônio Líquido	44.050	34.572	27,4%
Circulante	12.892	12.151	6,1%
Empréstimos e financiamentos	-	258	-100,0%
Fornecedores	165	218	-24,3%
Obrigações trabalhistas e tributárias	8.573	6.664	28,6%
Obrigações tributárias parceladas	642	909	-29,4%
Dividendos a pagar	1.989	2.900	-31,4%
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.523	1.193	27,7%
Demais passivos circulantes	-	9	-100,0%
Não Circulante	15.411	12.383	24,5%
Empréstimos e financiamentos	-	467	-100,0%
Obrigações tributárias parceladas	3.663	4.565	-19,8%
Provisão para garantia de obras	7.134	5.381	32,6%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.288	1.835	133,7%
Demais passivos não circulantes	326	135	141,5%
Patrimônio Líquido	15.747	10.038	56,9%
Capital social	8.000	1.117	616,2%
Reserva de lucros	8.398	8.921	-5,9%
Reserva especial	(651)	-	0,0%

Demonstrações Contábeis Auditadas

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$44,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 27,4% em relação a 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$34,5 milhões. Tal aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$8,5 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa e do aumento de R\$ 3,0 milhões na posição de investimentos da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$28,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma variação positiva de 15,5% em relação a 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$24,5 milhões, sendo que tal aumento ocorreu principalmente devido ao: (i) aumento de R\$1,9 milhões em obrigações trabalhistas e tributárias; e (ii) aumento de R\$2,4 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, em relação a 31 de dezembro de 2013, que era de R\$10,0 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2014.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Demonstrações de Resultados Consolidado			
Período findos em 31.dezembro	12M14	12M13	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Receita Operacional Bruta	50.451	47.045	7,2%
Receita de Prestação de Serviços	45.901	42.760	7,3%
Receita de Assistência Técnica	4.550	3.915	16,2%
Receita de Vendas de Imóveis	-	370	-100,0%
Deduções da Receita Bruta	(5.426)	(4.024)	34,8%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(5.426)	(4.024)	34,8%
Receita Operacional Líquida	45.025	43.021	4,7%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(23.663)	(22.879)	3,4%
Custos de Prestação de Serviços	(20.584)	(19.364)	6,3%
Custos de Assistência Técnica	(3.079)	(3.420)	-10,0%
Custos de Vendas de Imóveis	-	(95)	-100,0%
Lucro Bruto	21.362	20.142	6,1%
Margem Bruta (%)	47,4%	46,8%	0,6 pp
(Despesas) Receitas	(11.871)	(6.187)	91,9%
Administrativas, comerciais e gerais	(13.393)	(9.039)	48,2%
Equivalência patrimonial	1.386	2.281	-39,2%
Outras receitas operacionais líquidas	136	571	-76,2%
EBITDA	9.491	13.955	-32,0%
Margem EBITDA (%)	21,1%	32,4%	-11,4 pp
Resultado Financeiro	264	(309)	-185,4%
Despesas Financeiras	(629)	(898)	-30,0%
Receitas Financeiras	893	589	51,6%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.755	13.646	-28,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.414)	5.110	-127,7%
Correntes	(2.163)	(1.581)	36,8%
Diferidos	749	6.691	-88,8%
Lucro Líquido do Exercício	8.341	18.756	-55,5%
Margem Líquida (%)	18,5%	43,6%	-25,1 pp

Demonstrações Contábeis Auditadas

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, atingiu R\$45,0 milhões, um crescimento de 4,7% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$43,0 milhões. Esta pequena variação positiva da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$23,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, contra R\$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 3,4% em razão do aumento do volume de obras em execução relativos ao crescimento da Companhia, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$21,4 milhões, um crescimento de 6,1% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$20,1 milhões, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. Importante notar que a margem bruta da Companhia manteve-se no mesmo patamar de 47%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido totalizou R\$8,3 milhões, uma redução de 55,5% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$18,8 milhões. Tal redução deveu-se principalmente à constituição de R\$6,7 milhões de imposto diferido registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, evento este não recorrente no resultado da Companhia.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Balanco Patrimonial Consolidado (Em milhares de Reais - R\$)	12M13	12M12	Var. %
Ativo	34.572	18.152	90,5%
Circulante	14.510	7.684	88,8%
Caixa e equivalentes de caixa	4.686	1.762	165,9%
Contas a receber de clientes	8.001	4.479	78,6%
Impostos a recuperar	1.811	1.436	26,1%
Outros ativos circulantes	12	7	71,4%
Não Circulante	20.062	10.468	91,7%
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	0,0%
Contas a receber de clientes	2.576	2.635	-2,2%
Impostos Diferidos	6.691	-	0,0%
Depósitos judiciais	458	389	17,7%
Imovéis a comercializar	841	841	0,0%
Outros ativos não circulantes	427	52	721,2%
Investimentos	8.990	6.461	39,1%
Imobilizado	5	3	66,7%
Intangível	74	87	-14,9%
Passivo e Patrimônio Líquido	34.572	18.152	90,5%
Circulante	12.151	13.576	-10,5%
Empréstimos e financiamentos	258	5.738	-95,5%
Fornecedores	218	228	-4,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.664	4.464	49,3%
Obrigações tributárias parceladas	909	1.862	-51,2%
Dividendos a pagar	2.900	-	0,0%
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.193	380	213,9%
Outros passivos circulantes	9	904	-99,0%
Não Circulante	12.383	10.394	19,1%
Empréstimos e financiamentos	467	601	-22,3%
Obrigações tributárias parceladas	4.565	4.779	-4,5%
Provisão para garantia de obras	5.381	3.008	78,9%
Provisão para demandas judiciais	1.835	1.903	-3,6%
Provisão para perda com investimentos	-	-	0,0%
Outros passivos não circulantes	135	103	31,1%
Patrimônio Líquido	10.038	(5.818)	-272,5%
Capital social	1.117	1.117	0,0%
Reserva de lucros	8.921	-	0,0%
Prejuízos acumulados	-	(6.935)	-100,0%

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 90,5% em relação a 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$18,2 milhões. Tal aumento deve-se: (i) ao aumento de R\$2,9 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia; (ii) ao aumento de R\$3,5 milhões nas contas a receber de clientes; e (iii) a constituição de R\$6,7 milhões de impostos diferidos.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$24,5 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma pequena variação de 2% em relação a 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$24,0 milhões, mantendo-se, portanto, praticamente estáveis.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento em relação a 31 de dezembro de 2012, que era de R\$5,8 milhões negativos. Tal reversão ocorreu, principalmente, devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2013, que incluíram, dentre outras questões, a consolidação do processo de reestruturação da Companhia, iniciado em 2008, com o consequente aumento da receita líquida da Companhia.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Demonstração de Resultados Consolidados (Em milhares de Reais - R\$)	12M13	12M12	Var. %
Receita Operacional Bruta	47.045	35.495	32,5%
Receita de Prestação de Serviços	42.760	31.730	34,8%
Receita de Assistência Técnica	3.915	3.220	21,6%
Receita de Vendas de Imóveis	370	545	-32,1%
Deduções da Receita Bruta	(4.024)	(2.999)	34,2%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(4.024)	(2.999)	34,2%
Receita Operacional Líquida	43.021	32.496	32,4%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(22.879)	(17.415)	31,4%
Custos de Prestação de Serviços	(19.364)	(14.259)	35,8%
Custos de Assistência Técnica	(3.420)	(2.792)	22,5%
Custos de Vendas de Imóveis	(95)	(363)	-73,9%
Lucro Bruto	20.142	15.081	33,6%
Margem Bruta (%)	46,8%	46,4%	0,4 pp
Despesas Operacionais	(6.187)	(9.993)	-38,1%
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(9.039)	(8.912)	1,4%
Equivalência patrimonial	2.281	(190)	-1300,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	571	(891)	-164,1%
EBITDA	13.955	5.088	174,3%
Margem EBITDA (%)	32,4%	15,7%	16,8 pp
Resultado Financeiro	(309)	(1.203)	-74,3%
Despesas Financeiras	(898)	(1.807)	-50,3%
Receitas Financeiras	589	604	-2,5%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.646	3.885	251,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.110	(854)	-698,4%
Correntes	(1.581)	(854)	85,1%
Diferidos	6.691	-	0,0%
Lucro Líquido do Exercício	18.756	3.031	518,8%
Margem Líquida (%)	43,6%	9,3%	34,3 pp

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, atingiu R\$43,0 milhões, um crescimento de 32,4% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$32,5 milhões. O forte incremento da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos 12 meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de Prestação de Serviços totalizou R\$22,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, contra R\$17,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 31,4% em razão do aumento do volume de obras em execução relativos ao crescimento da Companhia, que teve como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$20,1 milhões, um crescimento de 33,6% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$15,1 milhões. Importante notar que a margem bruta da Companhia manteve-se no mesmo patamar acima de 46%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido totalizou R\$18,8 milhões, um crescimento de 518,8% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$3,0 milhões. Tal aumento deveu-se, principalmente, ao aumento no volume das operações com a manutenção do nível de despesas e a constituição de R\$6,7 milhões de imposto diferido, evento este não recorrente nos resultados da Companhia.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita:*

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<i>(em milhares de reais)</i>	2013	2014	2015
Receitas de serviços	R\$42.760	R\$45.901	R\$45.715
Receitas de assistência técnica	R\$3.915	R\$4.550	R\$5.061
Receitas de venda de unidades imobiliárias	R\$370	R\$0,00	R\$56
Impostos sobre receita	(R\$4.024)	(R\$5.426)	(R\$5.325)
Total	R\$43.021	R\$45.025	R\$45.507

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e de 2015, mais de 90% das nossas receitas decorreram da receita com a prestação de serviços de administração e gerenciamento de construção.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

A prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia pode afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2013, 2014 e 2015 decorrem do contínuo aumento no volume das operações da Companhia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e de 2013, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha uma operação de empréstimo de derivativos com SWAP quitada em março de 2013.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2015

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado as taxas de juros que variam entre 75% a 101% do CDI, conforme divulgado nas notas explicativas da Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável		
		(valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	13,18%	9,89%	6,59%
Posição contábil em 31/12/2015 - R\$ 17.929		2.363	1.772	1.182

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2014

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia. .

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações às quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2014, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável		
		(valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	10,77%	8,08%	5,39%
Posição contábil em 31/12/2014 - R\$ 13.076		1.408	1.056	704

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – Exercício 2013

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI e do IGP-M vigentes em 31 de dezembro de 2013, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição em relação à taxa de juros:

IGP-M	R\$725,0	100,00
-------	----------	--------

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta sem levar em consideração a incidência de tributos, os juros fixos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um período de 12 meses e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

	Risco	Cenário provável		
		(valor contábil projetado)	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Cessão de recebíveis - créditos imobiliários	IGP-M	5,51%	6,89%	8,27%
Posição contábil em 31/12/2013 - R\$ 725		40	50	60

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado de aplicações financeiras, apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável		
		(valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	8,02%	6,02%	4,01%
Posição contábil em 31/12/2013 - R\$ 4.242		340	255	170

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Durante o exercício social de 2012, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$37.852,0 milhões, passando de R\$38.969,0 milhões para R\$1.117,0 milhão, sem alteração da quantidade de ações emitidas pela Companhia. O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados.

Em junho de 2013, houve o aumento de capital social da Toliara Incorporação SPE Ltda., no montante de R\$10,0 milhões, efetuado pela sócia Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. Nesta operação, a Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., controlada da Companhia, renunciou seu direito de preferência na subscrição do capital, de forma que a sua participação no capital da Toliara Incorporação SPE Ltda. foi diluída. Após o aumento de capital, a participação da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. no capital da Toliara Incorporação SPE Ltda. foi diluída de 60% para 30%, gerando, entretanto, um ganho no montante de R\$248,0 mil, referentes à redução da participação nos prejuízos apurados anteriormente a diluição da participação.

Em agosto de 2013, a Companhia realizou a integralização do capital social da Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., no valor de R\$142,0 mil. No mesmo ato, as sócias reduziram o capital social da sociedade em R\$4.561,0 milhões para a absorção de prejuízos acumulados. Após a redução do capital, a Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. cedeu e transferiu a título oneroso R\$1.511,0 milhões para a Companhia, que passou a deter 99,999% de participação.

Em 30 de abril de 2014, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de, aproximadamente, R\$6,9 milhões, sem a emissão de novas ações, o qual foi totalmente integralizado mediante a capitalização de parte do valor destinado à Conta de Retenção de Lucros.

Em julho de 2014, por meio de contrato particular de compra e venda de quotas, a Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 10% do capital social e total da Amadora Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.238 milhão pelo montante de R\$1.889 milhão, gerando uma perda de R\$651 mil, registrado na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em dezembro de 2014, a Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. cedeu à Companhia sua participação na CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda., gerando uma perda de R\$10,0 mil.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000 milhões.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Além dos processos de responsabilidade subsidiária, cumpre ressaltar que em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e

subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme amplamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Avaliamos como prováveis as chances de êxito da Sociedade em referida ação, com base nas considerações acima elencadas, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações contábeis. Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, não aceitamos o acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo, que permanece possível. Julgamento esta previsto para ocorrer em 2015.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo.

A sentença procedente foi publicada em 08 de dezembro de 2015 e condenou a Companhia à obrigação de fazer na área de saúde e segurança do trabalho, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, e ainda ao pagamento de dano moral coletivo arbitrado em R\$500 mil em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer, e aguarda o julgamento deste recurso ordinário em 2ª instância. Sendo assim, os assessores jurídicos consideram possíveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, com exposição máxima de R\$500 mil, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

10.4 Mudanças nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Em 2015, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

Pronunciamento

Descrição

Modificações à IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013

Alocação dos custos com contribuições discricionárias e das contribuições dos empregados especificadas nos planos de benefícios definidos.

Novos requerimentos de divulgação dos julgamentos ao aplicar o critério de agregação de segmentos operacionais previstos no IFRS 8 - Segmentos Operacionais

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes	Convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”) e FASB (“Financial Accounting Standards Board”) sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de divulgação	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações às IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado e IAS 41 / CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola	Agricultura: plantas portadoras.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Empreendimento Controlado em Conjunto	Entidades de Investimento: Aplicando a exceção de consolidação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

Em 2014, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas	Avaliação de subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício.
Modificações à IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades e à IAS 27 - Demonstrações Separadas	Novos requerimentos de divulgação para entidades dos investimentos.
Modificações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Esclarecimento sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros.
Modificações à IAS 36 - Redução do Valor	Divulgação do montante recuperável de uma unidade

Recuperável de Ativos Não Financeiros
 Modificações à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
 IFRIC 21 - Tributos

geradora de caixa para “goodwill” ou outro ativo intangível
 Novação de Derivativos e continuidade de contabilidade de “hedge”.
 Endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 – Receitas com clientes	Convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”) e FASB (“Financial Accounting Standards Board”) sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Imobilizado	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado.	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com Clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, assim a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

Em 2013, houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, exclusivamente relacionadas à adoção dos novos IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011), obrigatórios a partir de 1º de janeiro de 2013. A principal mudança deu-se nas informações de controladas em conjunto nas demonstrações financeiras consolidadas, que deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Em atendimento a essas novas normas do IFRS, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou determinados normativos, CPC 19 (R2) e CPC 36 (R3), que contemplam esses requerimentos.

Considerando a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle definidas nessas IFRSs e CPCs, determinadas participações societárias, anteriormente contabilizadas pelo método de consolidação proporcional, passaram a ser registradas:

- (i) Pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, resultado do exercício e outros resultados abrangentes da Companhia em uma única conta que apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou do resultado abrangente como “investimentos” e “equivalência patrimonial”, respectivamente; ou
- (ii) Pelo método da consolidação integral como controlada da Companhia, resultando no registro dos ativos, bem como as receitas e despesas, apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, respectivamente, destacando-se a participação dos não controladores.

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nas IFRSs, e CPCs. Os principais ajustes efetuados no balanço patrimonial (consolidado) de abertura

em 01 de janeiro de 2012 e de dezembro de 2012 e no resultado para o exercício de 31 de dezembro de 2012, ambos preparados de acordo com as IFRSs.

(b) Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

Como mencionado no item “a”, acima, a alteração de prática contábil em 2013 decorreu da adoção das IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011 e IAS 28 (revisada em 2011). Em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos listados acima, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas para fins de comparabilidade. Os quadros abaixo demonstram os efeitos retroativos com relação ao balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e às demonstrações do resultado, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação nesse exercício.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2015, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.”

Em 31 de dezembro de 2014, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram,

adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2014 aproximadamente 99% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.”

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.”

Comentários dos Diretores da Companhia: A Administração da Companhia entende que adota todas as normas e instruções emitidas pelo CPC e revisa periodicamente as novas instruções emitidas.

Relativamente ao montante de receitas provenientes de serviços prestados a partes relacionadas, constante da ênfase do exercício de 2015 e 2014, a Administração da Companhia entende que o volume de obras em andamento entre partes relacionadas está adequado para a manutenção do volume de operação da Companhia. Por outro lado, administra constantemente oportunidades de

negócios com terceiros. Além disso, todos os contratos são firmados tendo como base valores de mercado.

Referente as ênfases destacada no exercício de 2013 relativas a adoção do IFRS, tais pronunciamentos já foram integralmente adotados pela Companhia de tal forma que não constam mais tais ênfases em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10.5 Políticas contábeis críticas

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 Controles Internos

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2013, não foi constado pelos auditores independentes recomendações sobre os controles internos praticados pela Companhia e suas Controladas.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a) Como os recursos da oferta foram utilizados

Não aplicável a Companhia.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável a Companhia.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável a Companhia.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), inclusive, arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; contratos de construção não terminada; contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável a Companhia.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável a Companhia.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica.

b) Natureza e propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não há novos projetos em desenvolvimento, pois, conforme descrito na alínea “a” do subitem 10.10, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO II

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2016 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da LSA e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas., para análise e posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social de 2016, no valor de R\$ 10.392.733,93 (dez milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2016.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 10.392.733,93 (dez milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos).

Reserva de retenção de lucros (art. 196)	R\$10.392.733,93
Total de fontes	R\$10.392.733,93
Caixa adicional da Companhia devido as condições macroeconômicas vigentes	R\$6.392.733,93
Aumento de Capital Social	R\$ 4.000.000,00
Aplicações	R\$10.392.733,93

São Paulo, 19 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolpho Lindenberg

Presidente

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO III

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9.1.II DA IN CVM n° 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$14.586.293,24 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$3.464.244,64 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) o que equivale a R\$9,31 (nove reais e trinta e um centavo) por ação (ordinária ou preferencial) para cada ação, levando-se em consideração a quantidade de ações na data de sua distribuição/proposição, cuja aprovação e distribuição será submetida à Assembleia.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 19 de Fevereiro de 2016, analisaram e aprovaram as demonstrações financeiras, orçamento de capital e destinação de resultados, que serão submetidos à aprovação dos acionistas na Assembleia conforme apresentado na referida reunião.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos a título de dividendos.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

No exercício de 2014 a Companhia realizou a distribuição de dividendos de R\$1.980.952,42 (um milhão, novecentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos) equivalente a R\$5,32 (cinco reais e trinta e dois centavos) por ação (ordinária ou preferencial) para cada ação, levando-se em consideração a quantidade de ações na data de sua distribuição/proposição.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou a distribuição de dividendos no valor de R\$2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos) equivalente a R\$7,79 (sete reais e setenta e nove centavos) por ação (ordinária ou preferencial), levando-se em consideração a quantidade de ações na data de sua distribuição/proposição.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto dos dividendos é de R\$3.464.244,64 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), sendo o valor de R\$9,31 (nove reais e trinta e um centavo) por ação (ordinária ou preferencial).

Não houve, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, destaque dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Uma vez aprovados pela Assembleia, propomos que o pagamento dos dividendos destacados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 seja realizado a partir de abril de 2016 e dentro do exercício social de 2016, nos termos do artigo 205, §3º, da LSA, pagamento a ser efetuado em dinheiro em uma única parcela.

Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú.

Aos acionistas cujo cadastro esteja desatualizado, ou seja, que não contém a inscrição do número de CPF/CNPJ ou indicação de Banco/Agência e Conta Corrente, os dividendos serão creditados a partir do décimo dia útil contado da data da solicitação, desde que os interessados providenciem a

regularização de seu cadastro, pessoalmente, em uma das agências do Banco Itaú conforme orientação que deverá constar no respectivo Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a Assembleia.

Os acionistas usuários do serviço de custódia fiduciária de ações terão seus dividendos creditados conforme procedimentos adotados pela BM&FBovespa.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há proposta de atualização e juros dos dividendos.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data determinada para declaração de pagamento dos dividendos, isto é, a data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento, é a data da realização da Assembleia, a ser realizada em 22 de março de 2016.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, dividendos declarados com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2015	2014	2013
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	R\$14.586	R\$8.341	R\$18.756
Lucro (prejuízo) Líquido por ação (em reais)	R\$39,20	R\$22,41	R\$50,40

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2015	2014	2013
Valor global dos dividendos distribuídos	R\$3.464,2	R\$1.980,9	R\$2.899,5
Valor dos dividendos por ação (em reais)	R\$9,31	R\$5,32	R\$7,79
Juro sobre capital próprio	n/a	n/a	n/a

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal sobre o lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$729.314,66 (setecentos e vinte e nove mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos).

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 193 da LSA e no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os possuidores de ações preferenciais têm prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, ou a participação proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, prevalecendo o valor maior.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim, é suficiente.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga de dividendos fixo ou mínimo.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O valor global dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações preferenciais é de R\$2.309.493,33 (dois milhões, trezentos e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor por ação preferencial dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações preferenciais é de R\$9,31 (nove reais e trinta e um centavos).

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da LSA, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo, ressalvando o direito das ações preferenciais.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

A retenção de lucros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$10.392.733,93 (dez milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos), dividido entre: (i) R\$6.392.733,93 (seis milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos), como caixa adicional da Companhia; (ii) R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), que, ato contínuo, será vertido para aumento de capital, conforme deliberação em assembleia geral extraordinária a ser realizada em 22 de março de 2016, nos termos do artigo 199 da LSA.

O saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2015, antes das movimentações acima descritas é de R\$14.868.217,39 (quatorze milhões oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Cópia constante do Anexo II à presente Proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO IV

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016

INDICAÇÃO DE ADMINISTRADORES PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONFORME PREVISTO NA IN CVM 481, ARTIGO 10

NÚMERO DE ASSENTOS E MANDATO

Definição de número de assentos do Conselho de Administração da Companhia e respectivo mandato:

Respeitada a limitação do número de assentos do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 6º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia, a Proposta da Administração é de que a composição do Conselho de Administração da Companhia seja de 3 (três) membros efetivos para o mandato de 3 (três) anos que vigorará até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018.

Caso seja realizado o processo de voto múltiplo (desde que cumpridos os requisitos constantes do artigo 141 da LSA e na Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada), será realizado cálculo sobre número de votos necessários para garantir a eleição de cada membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas presentes na assembleia e, caso haja votação em separado nos termos do artigo 141, §§4º e 5º da LSA, as ações detidas pelos acionistas que optaram pela votação em separado serão excluídas do número de ações votantes presentes à assembleia, para fins do cômputo do voto múltiplo.

Caso ocorra a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia pela votação majoritária, nos termos do art. 129 da LSA, serão eleitos todos os membros indicados pelo grupo controlador da Companhia.

INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não aplicável, visto que o Estatuto Social da Companhia não dispõe de cláusula compromissória.

12.6. Informações sobre os membros da Administração:

Membros Efetivos do Conselho de Administração

	Nome	Nascimento e idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato Previsto	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicados pelos Controladores
1.	Adolpho Lindenberg	91 anos	Engenheiro	002.442.108-10	Presidente	AGO de 2016	AGO de 2016	AGO de 2019	N/A	Sim
2.	Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira	86 anos	Advogado	291.172.838-68	Membro efetivo	AGO de 2016	AGO de 2016	AGO de 2019	N/A	Sim
3.	Adolpho Lindenberg Filho	60 anos	Engenheiro	004.219.258-76	Membro efetivo	AGO de 2016	AGO de 2016	AGO de 2019	Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro	Sim

12.7. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiros e comitê de remuneração:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitês.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal:

a) Currículo dos Administradores indicados:

Os currículos a seguir relacionados referem-se somente aos membros do Conselho de Administração da Companhia que estão sendo indicados para ocupar respectivos cargos para o mandato de 3 (três) ano que vigorará até a data de realização da próxima Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração:

1. Adolpho Lindenberg: o Sr. Adolpho Lindenberg ocupa, atualmente, o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e está sendo indicado para reeleição para o referido cargo. Formou-se em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Mackenzie em 1949. Seus primeiros trabalhos foram reconstruções de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas, onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 1950, construiu aproximadamente 200 casas residenciais ao estilo colonial Paulista e barroco mineiro. Além disso, fundou a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. que, na década seguinte, tornou-se a primeira construtora de capital aberto no País, com mais de 500 edifícios construídos. Atualmente, exceto pelo cargo que ocupa na Companhia, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

2. Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira: Nascido em 10 de dezembro de 1929, o Sr. Arnaldo Xavier da Silveira ocupa, atualmente, o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e está sendo indicado para reeleição para o referido cargo. Formou-se em Direito pela PUC-SP em 1956. Atualmente é advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 9.708, tendo exercido o cargo de advogado interno da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. durante o período de 1979 a 1997. Atualmente, exceto pelo cargo que ocupa na Companhia, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

3. Adolpho Lindenberg Filho: O Sr. Adolpho Lindenberg Filho ocupa, atualmente, o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e está sendo indicado para reeleição para o referido cargo. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie em 1978. Após a conclusão do curso, iniciou sua carreira nos escritórios da Construtora Adolpho Lindenberg em 1981, passando por diversos setores da empresa até tornar-se sócio diretor em 1985. Atualmente, exceto pelos cargos que ocupa na Companhia, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nenhum dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos últimos 5 anos, esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Conselho de Administração:

Eu, **Adolpho Lindenberg**, indicado para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Adolpho Lindenberg Filho**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Administradores da Companhia

O Sr. **Adolpho Lindenberg Filho**, indicado para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, é filho de Adolpho Lindenberg, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e indicado para reeleição a ser deliberada na Assembleia.

b) *Administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia:*

Não aplicável.

c) *Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia:*

Não aplicável.

d) *Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia:*

Não aplicável.

12.10 – Relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Adolpho Lindenberg Presidente do Conselho de Administração da Companhia	002.442.108-10	Subordinação	Controladora Direta
<u>Pessoa relacionada</u> LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Presidente do Conselho de Administração	07.071.841/0001-39		
<u>Observação</u>			

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Adolpho Lindenberg Filho Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de	004.219.258-76	Subordinação	Controladora Direta

Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. 07.071.841/0001-39
Diretor Presidente

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	---	----------------------------

Administrador do emissor ou controlada

Adolpho Lindenberg Filho
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

004.219.258-76

Subordinação

Controlada
Direta

Pessoa relacionada

Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. 06.138.869/0001-83
Administrador

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	---	----------------------------

Administrador do emissor ou controlada

Adolpho Lindenberg Filho
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

004.219.258-76

Subordinação

Controlada
Direta

Pessoa relacionada

CAL – Construtora e Serviços de Mão-de-Obra Ltda. 06.152.137/0001-48
Administrador

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>			
Adolpho Lindenberg Filho Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa relacionada</u>			
Adolpho Lindenberg Ltda. Administrador	Construtora 60.665.379/0001-80		
<u>Observação</u>			

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO V

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA IN CVM 481, ARTIGO 12, INCISO I

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 12, inciso I, da IN CVM 481, apresentamos a proposta para a verba anual e global para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social de 2016, propomos o montante de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), para a remuneração dos administradores da Companhia, incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA.

Referido valor foi determinado em função da grande experiência dos atuais administradores e de seu alto grau de conhecimento das atividades e operações da Companhia, sua sólida reputação no mercado e devido à necessidade de manutenção e valorização dos talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

A Administração da Companhia esclarece que o valor efetivamente pago, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a título de remuneração aos seus administradores excluindo os pagamentos suportados pelas controladas, no valor total de R\$1.422.713,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e dois mil e setecentos e treze reais) , conforme indicado no item 13.2 do atual Formulário de Referência da Companhia, está compatível com o montante aprovado para tal exercício social na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2015, que foi de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

São Paulo, 19 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolpho Lindenberg

Presidente

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18
NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO VI

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA ICVM 481, ARTIGO 12, INCISO II

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

b) composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores

estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, é possível afirmar que não existe um percentual definido para cada elemento (proporção sobre o total aprovado pelos acionistas para a remuneração da administração).

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, pró-atividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura

designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

e) alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, a longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão-de-Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração prevista para o Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	75.000	500.000	0	575.000
Benefícios direto e	45.000	40.000	0	85.000

Remuneração prevista para o Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
indireto				
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	15.000	200.000	0	215.000
Remuneração variável anual				
Bônus	0	2.000.000*	0	1.000.000
Participação de resultados	0	0	0	
Participação em reuniões	0	0	0	
Comissões	0	0	0	
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	
Cessaçã o do cargo	0	0	0	
Baseada em ações	0	0	0	
Total (R\$)	135.000	2.740.000	0	2.875.000

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2015 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	78.352	427.974	0	506.326
Benefícios direto e indireto	44.878	32.927	0	77.805
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	12.992	228.669	0	241.661
Remuneração variável				
Bônus	0	596.921*	0	596.921
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	136.222	1.286.491	0	1.422.713

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2014 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	74.240	403.397	0	477.638
Benefícios direto e indireto	52.342		0	52.342
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	12.208	103.151	0	115.359
Remuneração variável				
Bônus	0	876.894*	0	876.894
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	138.790	1.383.443	0	1.522.233

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício social findo em 31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3	2	0	5
Remuneração Fixa Anual				
- Salário ou Pro Labore	70.200	369.200	0	439.938
- Benefícios Diretos ou Indiretos	42.499	0	0	42.500
- Remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
- Outros	11.640	138.374	0	150.014
- Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	0	217.752*	0	217.752
- Participação nos Resultados	0	0	.0	0
- Remuneração por participação em	0	0	0	0

reuniões				
- Comissões	0	0	0	0
- Outros	0	0	0	0
- Descrição de outras remunerações fixas				
Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Remuneração Baseada em Ações	0	0	0	0
Total (R\$)	124.339	725.324	0	849.663

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000	0	2.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000	0	2.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	596.921	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.600.000	0	2.600.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	876.894	N/A	876.894
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano	0	0	0	0

de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.500.000	N/A	1.500.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	217.752	N/A	217.752
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

Não aplicável à Companhia.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

		31/12/2015			
		Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
Sociedade	Categoria	Administração	Estatutária	Fiscal	
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	43	0	0	43
	Ações preferenciais	575	0	0	575
Controladora					
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Ações ordinárias	0	2.008.756	0	2.008.756

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável à Companhia.

13.7. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável à Companhia.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

Não aplicável à Companhia.

13.10. Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável à Companhia.

13.11. Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	2	2	2	3	3	3
Valor da maior remuneração (em reais)	950.310	1.078.838	439.459	96.433	89.568	80.242
Valor da menor remuneração (em reais)	336.181	317.307	297.341	13.394	13.200	12.000
Valor médio da remuneração (em reais)	643.245	698.072	368.400	45.407	42.029	37.621

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não aplicável à Companhia.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Percentual	83%	81%	9,83%	100%	100%	100%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável à Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2015

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	1.060.941	N/A	1.060.941
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2014

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	1.133.054	N/A	1.133.054
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2013

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	745.028	N/A	745.028
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18
NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO VII

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016

PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA, CONFORME PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA CVM 481, ARTIGO 14

1. Informar valor do aumento e do novo capital social.

O aumento do capital social da Companhia será no montante de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), passando dos atuais R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais).

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações.

O aumento do capital social será realizado mediante a capitalização de parte do valor da Reserva de Retenção de Lucros da Companhia.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas.

A proposta visa à capitalização de parte da conta de Reserva de Retenção de Lucros para que a soma das reservas não ultrapasse o valor do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 199 da LSA. Tal aumento de capital trata-se de operação contábil no qual o montante da conta de Reserva de Retenção de Lucros da Companhia é remanejado para a conta do capital social da Companhia e, portanto, não há consequência econômica por tratar-se de transferência dentro do próprio patrimônio líquido da Companhia.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado, razão pela qual este item não é aplicável.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações: a) descrever a destinação dos recursos; b) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; c) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas; d) informar se a subscrição será pública ou particular; e) em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos; f) informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública; g) informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de

capital; h) fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento; i) informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha; j) caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado; k) fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão; l) informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando: (i) cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos; (ii) cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos; (iii) cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses; e (iv) cotação média nos últimos 90 dias; m) informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos; n) apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão; o) informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas; p) informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito; q) informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras; r) descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital; e s) caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens: (i) Apresentar descrição completa dos bens; (ii) esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social; e (iii) Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível.

Não aplicável, visto que não haverá subscrição de novas ações.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas:

a) informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações com valor nominal e não haverá distribuição de novas ações entre os acionistas.

b) informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

A capitalização será efetivada sem modificação do número de ações da Companhia.

c) em caso de distribuição de novas ações: (i) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; (ii) informar o percentual que os acionistas receberão em ações; (iii) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas; (iv) informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995; (v) informar o tratamento das frações, se for o caso

Não aplicável, visto que não haverá distribuição de novas ações pela Companhia.

d) informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações com valor nominal e não haverá distribuição de novas ações entre os acionistas.

e) informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível.

Não aplicável vide item 5 acima.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição: a) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; b) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas.

Não aplicável, visto que o aumento do capital não se dará por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO VIII

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016

Segue abaixo, na forma do artigo 11 da Instrução IN CVM 481, relatório em forma de tabela, detalhando as alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
(...) Artigo 5º - O capital social é de R\$ 812 .000.000,00 (doze oito milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal.	(...) Artigo 5º - O capital social é de R\$ 1216 .000.000,00 (doze esseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal.
<u>Artigo 7º</u> - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 1 (um) ano, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do primeiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.	<u>Artigo 7º</u> - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 1 3 (um três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro primeiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO IX

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2016**

“CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

CNPJ/MF nº 61.022.042/0001-18

NIRE 35.300.067.827

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIETÁRIO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG é uma sociedade anônima de capital aberto, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade mantém sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Joaquim Floriano, 466, Edifício Corporate, 2º andar – Bairro Itaim Bibi – CEP 04534-002.

Parágrafo Único - A critério do Conselho de Administração, a sociedade poderá instalar manter e extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos, sucursais e quaisquer outros estabelecimentos necessários ao desempenho de suas atividades, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes, mediante autorização desse órgão à Diretoria para as providências cabíveis, fazendo-se, inclusive, os respectivos destaques da parte do Capital social que se afigurarem necessários.

Artigo 3º - A sociedade tem por objetivos sociais:

- a) compra e venda de imóveis;
- b) locação;
- c) desmembramento ou loteamento de terrenos;
- d) incorporação imobiliária; e
- e) construção de imóveis destinados à venda.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, encerrando suas atividades com observância das disposições legais e estatutárias.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere ao seu possuidor o direito a um voto nas Assembleias Gerais, ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a sociedade poderá a qualquer tempo propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até dois terços (2/3) do total do capital social.

Parágrafo Terceiro - Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens:

a) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, ou a participação proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, prevalecendo o valor maior;

b) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem ao mínimo estabelecido na letra "a" deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária;

c) irredutibilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, participando também, proporcionalmente, no valor patrimonial, no caso de liquidação da sociedade.

Parágrafo Quarto - É facultada aos acionistas a livre negociação de suas ações a qualquer tempo.

Parágrafo Quinto - As ações serão representadas por certificados, observadas as formalidades do artigo 24 da lei 6.404/76.

Parágrafo Sexto - A distribuição das ações decorrentes de aumento do capital social efetivar-se-á dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da ata da Assembleia Geral que aprovar o respectivo aumento, observadas as determinações legais.

CAPITULO III - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 6º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente.

Parágrafo Segundo A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado.

a) Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria.

b) As funções de Diretor técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais.

c) Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "b".

Artigo 7º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente.

Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes.

Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

Artigo 8º - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- b) eleger e destituir os diretores da sociedade;
- c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições;
- d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria;
- f) deliberar sobre a emissão de ações;
- g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a participação nos lucros da sociedade;
- i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência;
- j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais dos Acionistas da sociedade.

Artigo 9º - A Assembleia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria.

Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

Artigo 10º - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sexto deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados pôr prazo idêntico.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros.

Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores.

Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 11º - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 12º - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais.

Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar, presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 13º - A Sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto.

Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: (i) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; (ii) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 14º - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da

outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte.

Parágrafo Único - Os mandatos "ad judicium" serão conferidos com prazo indeterminado.

Artigo 15º - É expressamente vedado o emprego da denominação social em fianças, aceites, avais e endossos em documentos que não constituírem ato de exclusivo interesse da sociedade, ou que importarem em uma liberalidade.

Parágrafo Único - Não se aplicam as disposições deste artigo quando a favorecida for uma empresa subsidiária e esta sociedade for majoritária.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 16º - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no país, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 17º - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 18º - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembleia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 19º - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais a cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções.

Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 20º - A Assembleia Geral dos Acionistas é o órgão soberano da sociedade e tem poderes e atribuições conferidos em lei, a qual regerá o modo de sua convocação.

Artigo 21º - A Assembleia Geral será convocada e presidida, normalmente, pelo Presidente do Conselho de Administração o qual escolherá, entre os presentes, o seu Secretário, compondo-se assim a Mesa diretora dos trabalhos.

Artigo 22º - Só poderão participar das Assembleias Gerais os acionistas constantes, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização das mesmas, da relação de acionistas.

Artigo 23º - A Assembleia Geral será instalada na sede da sociedade, salvo motivo de força maior, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único - Nas exceções previstas em lei, o quorum será o determinado pela mesma.

Artigo 24º - Os acionistas presentes à Assembleia Geral, antes de sua abertura, deverão assinar o Livro de Presença, depois de haverem provado sua qualidade de acionistas pelas formas legalmente permissíveis.

Artigo 25º A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre subsequente ao encerramento do exercício social.

Artigo 26º Sempre que necessário, a Assembleia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo se realizar, inclusive, concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RESERVAS, DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Artigo 27º O exercício social da Empresa iniciar-se-á em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 28º - No encerramento de cada exercício social, a Diretoria fará com que se elabore, com a observância das disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) demonstração do resultado do exercício; (iv) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Artigo 29º - A sociedade poderá, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.

Artigo 30º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se os houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 31º - Do valor obtido na forma do artigo anterior, os administradores da sociedade destacarão, a seu critério, uma gratificação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, limitada, porém, ao total da remuneração anual desses órgãos ou a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, depois de deduzidos os valores mencionados no artigo trigésimo, prevalecendo o limite menor.

Artigo 32º - Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 33º - Do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo, ressalvando o direito das ações preferenciais, conforme consta do artigo 5º, parágrafo terceiro, alínea "a".

Artigo 34º - O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado à conta de reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia, conforme estabelece o art. 8º, alínea "j".

Parágrafo Primeiro - Todo o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição da reserva estatutária.

Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva será de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO, DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 35º - A sociedade entrará em liquidação nos casos e pelo modo estabelecido em lei.

Parágrafo Único - Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, o Conselho de Administração nomeará um Diretor para atuar como liquidante.

Artigo 36º - A sociedade poderá, mediante resolução da Assembleia Geral com aprovação de acionistas que representem mais da metade do capital social com direito a voto, transformar-se, incorporar outras empresas, cindir-se em duas ou mais empresas e fundir-se com outras empresas.

Artigo 37º - As demonstrações financeiras de que trata o artigo vigésimo oitavo só se tornarão obrigatórias nos prazos determinados em lei.

Artigo 38º - Os casos omissos no presente estatuto serão regidos pela Legislação vigente.”